



Número: **0800128-39.2019.8.18.0100**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Manoel Emídio**

Última distribuição : **24/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.940,04**

Processo referência: **0000490-45.2017.8.18.0100**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
GLEDSON ALVES DE SOUSA (EXEQUENTE)			MAIARA MESSIAS DE SOUSA (ADVOGADO) DIEGO MARADONES PIRES RIBEIRO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (EXECUTADO)			LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES (ADVOGADO)
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6081668	23/08/2019 13:17	Certidão	Certidão
6081664	23/08/2019 13:16	Certidão	Certidão
6069363	22/08/2019 15:18	IMPUGNAÇÃO A EXECUÇÃO	Petição
6069367	22/08/2019 15:18	2458033 - IMPUGNAÇÃO A EXECUÇÃO	Petição
6069368	22/08/2019 15:18	2458033 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6069369	22/08/2019 15:18	2458033 - CALCULO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6031985	20/08/2019 11:49	Habilitação	Petição
6031989	20/08/2019 11:49	2458033 - Habilitacao	Petição
6032043	20/08/2019 11:49	PROCURAÇÃO E ATOS CONSTITUTIVOS - SEGURADORA LIDER - 2019	Procuração
5747171	05/08/2019 16:59	Despacho	Despacho
5745590	24/07/2019 10:56	Petição Inicial	Petição Inicial
5745703	24/07/2019 10:56	Petição Cumprimento de Sentença OK	Petição
5745711	24/07/2019 10:56	Procuração	Procuração
5745724	24/07/2019 10:56	Petição Inicial	Documentos
5745726	24/07/2019 10:56	Sentença	Documentos
5745734	24/07/2019 10:56	Certidão de Trânsito em Julgado	Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

**GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MANOEL EMÍDIO DA COMARCA DE
MANOEL EMÍDIO**

Rua Azarias Belchior, nº 855, Fórum Juiz Francisco das Chagas Vilela, Centro, MANOEL EMÍDIO - PI -
CEP: 64875-000

PROCESSO Nº: 0800128-39.2019.8.18.0100

CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

ASSUNTO(S): [Seguro]

EXEQUENTE: GLEDSON ALVES DE SOUSA

EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

MANOEL EMÍDIO-PI, 23 de agosto de 2019.

JOSE OALDO DE SOUSA

Secretaria da Vara Única da Comarca de Manoel Emídio





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

**GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MANOEL EMÍDIO DA COMARCA DE
MANOEL EMÍDIO**

Rua Azarias Belchior, nº 855, Fórum Juiz Francisco das Chagas Vilela, Centro, MANOEL EMÍDIO - PI -
CEP: 64875-000

PROCESSO Nº: 0800128-39.2019.8.18.0100

CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

ASSUNTO(S): [Seguro]

EXEQUENTE: GLEDSON ALVES DE SOUSA

EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, FAÇO JUNTADA DA PETIÇÃO(IMPUGNAÇÃO A
EXECUÇÃO)

O referido é verdade e dou fé.

MANOEL EMÍDIO-PI, 23 de agosto de 2019.

JOSE OALDO DE SOUSA

Secretaria da Vara Única da Comarca de Manoel Emídio



EM ANEXO



EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
MANOEL EMÍDIO

Processo nº. 0800128-39.2019.8.18.0100

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já devidamente qualificada nos autos, neste ato representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da Ação de Cobrança, em fase de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, que lhe promove **GLEDSON ALVES DE SOUSA** em trâmite perante este Douto Juízo e Respetivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fundamento no artigo 525 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Tendo em vista as razões de fato e de direito abaixo articuladas, requerendo a este juízo que sejam os presentes atribuídos efeito suspensivo, nos termos do art. 525, caput e §6º, ambos do Novo Código de Processo Civil.

DA SÍNTESE PROCESSUAL

Cumpre destacar inicialmente que em sede de sentença, o D. juízo determinou que a parte autora faria jus a indenização pelo desembolso de Despesas Médicas no valor de R\$904,12 (novecentos e quatro reais e doze centavos), à título de complementação, corrigidos monetariamente desde a data do desembolso, pelo índice do INPC, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, desde a data da citação, conforme se extrai do trecho abaixo:



ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR**, para condenar a requerida, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A a pagar à parte autora o valor de **R\$ 904,12 (novecentos e quatro reais e doze centavos)**, a título de complementação da indenização pelas despesas médicas decorrentes do acidente sofrido, corrigido monetariamente a partir da data do efetivo desembolso, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da citação (súmula n. 426 do STJ).

Por conseguinte, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, nos termos do art. 87 do CPC, bem como em honorários advocatícios, os quais fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), podendo as diretrizes do artigo 85, §8º do CPC.

Em razão do exposto o autor juntou petição de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, entendendo ser devido o valor total de R\$1.940,04 (um mil, novecentos e quarenta reais e quatro centavos). Contudo, da análise dos cálculos apresentados, verifica-se que a parte autora utiliza de parâmetros distintos dos estabelecidos em sentença, uma vez que erroneamente acrescenta as cálculos Juros compensatórios legais, o que não fora determinado em sentença.

Por esse motivo, vislumbra-se totalmente descabida a pretensão executória da parte autor, ante o devido pagamento e comprovação nos autos da condenação fixada pelo Douto Juízo, como será demonstrato adiante.

DA GARANTIA DO JUÍZO

Nos termos do art. 525, §6º, do CPC, a concessão de efeito suspensivo deve ser precedida de fundamentos relevantes, bem como se o prosseguimento da execução for suscetível de causar grave dano de difícil ou incerta reparação. Além de que, seja garantido o juízo.

Por isso, ante a disposição do art. 525, §6º, do NCPC, informa que o valor da condenação já se encontra depositado neste juízo, em face na necessidade de concessão do referido efeito, conforme extrato da subconta judicial em anexo.

Assim, requer, o ora impugnante, **seja SUSPENSO QUALQUER ATO EXECUTÓRIO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA até a apreciação desta impugnação pelo D. juízo.**



DA EXISTÊNCIA DE CAUSA EXTINTIVA DA OBRIGAÇÃO

Com o novo Código de Processo Civil, de 2015, instituiu-se o cumprimento de sentença, utilizado para dar maior celeridade a execução de títulos judiciais, sendo requerida nos próprios autos processo, a fim de executar a condenação fixada pelo juízo.

Ao passo deste instituto, como meio de defesa do executado, em nome do contraditório, criou-se a impugnação, como meio para alegação de matérias pertinentes a ação judicial.

O art. 525, §1º, do CPC, enumerou um rol exaustivo de pretensões que podem ser alegadas da impugnação, desde que não abarcadas pela eficácia preclusiva da coisa julgada, salvo se diz respeito a matérias ordem públicas, que podem ser suscitadas em qualquer fase processual.

O artigo supracitado prescreve o seguinte:

Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no [art. 523](#) sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

§ 1º Na impugnação, o executado poderá alegar:

I - falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;

II - ilegitimidade de parte;

III - inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

IV - penhora incorreta ou avaliação errônea;

V - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;

VI - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;

VII - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença. (grifo nosso).

[...]



Como é observado, no §1º, VII, qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação pode ser alegada nesta fase, inclusive o pagamento, explitamente incluído no rol.

Portanto, no momento que a parte ré cumpriu a obrigação de pagar, superveniente e nos termos da sentença proferida pelo juízo, operou-se sua extinção. Vale ressaltar, ainda, que os parâmetros da condenação foram rigorosamente obedecidos, conforme se vê no cálculo abaixo:

CÁLCULO DA CONDENAÇÃO

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 904,12
Indexador e metodologia de cálculo	JF-Condênatorias em Geral (Res.267/2013) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Outubro/2015 a Julho/2019
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	13/3/2018 a 21/8/2019

Dados calculados	
Fator de correção do período	1369 dias 1.197696
Percentual correspondente	1369 dias 19,769647 %
Valor corrigido para 1/7/2019	(=) R\$ 1.082,86
Juros(526 dias-17,00000%)	(+) R\$ 184,09
Sub Total	(=) R\$ 1.266,95
Valor total	(=) R\$ 1.266,95

HONORÁRIOS: R\$500,00

VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO: R\$1.266,95 + R\$500,00 = R\$ 1.766,95

COMPROVANTE DE PAGAMENTO:



Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
0		21/08/2019	0906	110012350222
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
21/08/2019	2458033	00004904520178180100	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
MANOEL EMIDIO	VARA UNICA	RÉU	1766,95	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
	Juridico			
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
GLEDSON ALVES DE SOUSA	Fisica	94683646315		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
E633A87C318F4176				

Desse modo, requer a extinção do cumprimento de sentença, tendo em vista o correto pagamento da condenação, exatamente de acordo com os parâmetros



estabelecidos em sentença, operando causa extintiva da obrigação, nos termos do art. 525, §1º, VII.

DO EXCESSO DE EXECUÇÃO DO AUTOR

Vale mencionar que no requerimento do cumprimento de sentença, o autor estabelece parâmetros estranhos aos fixados pelo juiz em sentença, de modo que o cálculo demonstrado apresenta: vez que da leitura atenta da decisão, verifica-se que o magistrado arbitrou que sobre o valor indenizatório incidiria correção monetária da data do desembolso, bem como juros de 1% a partir da citação.

Ocorre que há nos cálculso da parte autora duplicidade de juros, uma vez que o mesmo aplica juros moratórios e juros compensatórios legais, o que notadamente ensejou na majoração do valor devido, senão vejamos:

Assim, não cabe a multa do art. 523, §1º, CPC.

Data de atualização dos valores: julho/2019
Indexador utilizado: JF-Condênatórias em Geral (Res.267/2013)
Juros compensatórios legais
Juros moratórios legais
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de R\$ 500,00.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS LEGAIS	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 0,00%	TOTAL
1	Ind. Despesas Médicas	5/11/2015	904,12	1.075,76	182,14	182,14	0,00	1.440,04
				Sub-Total				R\$ 1.440,04
				Honorários advocatícios (R\$ 500,00)	(+)			R\$ 500,00
				Sub-Total				R\$ 500,00
				TOTAL GERAL				R\$ 1.940,04

Assim, não cabe a multa do art. 523, §1º, CPC.

Para tanto, segue novo cálculo com os parâmtros fixados na sentença, conforme em anexo.

CÁLCULO DA CONDENAÇÃO

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo		
Descrição do cálculo		
Valor Nominal	R\$ 904,12	
Indexador e metodologia de cálculo	JF-Condênatórias em Geral (Res.267/2013) - Calculado pelo critério mês cheio.	
Período da correção	Outubro/2015 a Julho/2019	
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples	
Período dos juros	13/3/2018 a 21/8/2019	

Dados calculados		
Fator de correção do período	1369 dias	1,19769
Percentual correspondente	1369 dias	19,769647 %
Valor corrigido para 1/7/2019	(=)	R\$ 1.082,8
Juros(526 dias-17,000000%)	(+)	R\$ 184,0
Sub Total	(=)	R\$ 1.266,9
Valor total	(=)	R\$ 1.266,9

HONORÁRIOS: R\$500,00

VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO: R\$1.266,95 + R\$500,00 = R\$ 1.766,95



DO ENVIO DOS AUTOS A CONTADORIA DO JUÍZO

Em nome do princípio da eventualidade e, havendo dúvida quanto ao cálculo da correção e juros, pugna pelo envio dos autos a contadoria, para apresentação de cálculo, a fim de sanar as dúvidas existentes. Havendo saldo a ser pago pela requerida, requer, ainda, a abertura de prazo legal para pagamento, com a devida intimação para pagar.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer:

- a) seja a presente Impugnação recebida por tempestiva;
- b) tendo em vista as razões de fato e de direito acima articuladas, requer a este juízo que seja a presente impugnação **atribuído efeito suspensivo**, de qualquer medida constritiva de bens nos autos principais, até o julgamento definitivo;
- c) requer a **extinção do cumprimento de sentença**, com respectiva baixa e arquivamento dos auto, face o **pagamento operar-se como causa extintiva da obrigação**;
- d) eventualmente, caso haja dúvida em relação ao cálculo correto do valor da condenação, sejam os autos encaminhados a contadoria do juízo, para que apresente cálculo e, havendo saldo em desfavor da seguradora, seja concedido prazo legal para pagamento devendo esta impugnante ser devidamente intimada da decisão;
- e) Seja intimado o Impugnado para, querendo, apresentar resposta à presente sob pena de confissão e revelia;

Outrossim, protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, inclusive depoimento pessoal do Impugnado e documental suplementar, sob pena de confesso.

Por derradeiro, requer, ainda, a seguradora que seja observado os termos do ART. 272, § 5º, DO CPC/2015 (Constando dos autos pedido expresse para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade), sendo as comunicações dos atos processuais





dirigidas à advogada **DRA. LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES**, inscrita na OAB/PI sob o nº 16.071, com Escritório Profissional cito à Av. Governador José Malcher, nº 80, bairro: **Nazaré, Belém/PA, CEP 66035-100, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.**

Termos em que,
Pede deferimento.

MANOEL EMÍDIO/PI, 22 de agosto de 2019.

Larissa Alves de Souza Rodrigues
LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES
OAB/PI nº 16.071

